

DÍVIDA

O Brasil
tem de pagar
US\$ 267
milhões ao BID

O Brasil deverá pagar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), neste ano, US\$ 267,2 milhões de juros e amortizações de sua dívida, estimada em dezembro do ano passado em US\$ 1,397 bilhão. Ao mesmo tempo, está previsto um ingresso líquido de recursos do BID, neste ano, de apenas US\$ 220 milhões, o que significa que haverá uma saída líquida de US\$ 47 milhões para o Brasil pagar os custos da dívida.

Estes números fazem parte de um trabalho elaborado por técnicos do Banco Central mostrando que os empréstimos, tanto do BID quanto do Banco Mundial (Bird), além de estarem mais caros estão tornando-se cada vez mais escassos. No caso do Banco Mundial, o documento alerta que os desembolsos líquidos serão de apenas US\$ 412 milhões, o que representa 38% do desembolso bruto, porque o custo do dinheiro e a expansão das amortizações triplicaram desde 1981, fazendo diminuir cada vez mais a parcela que realmente chega às mãos do governo brasileiro.

A explicação para essa diminuição dos valores é que as duas instituições — BID e Bird — adotaram, a partir de 1983, um novo esquema de custos, exclusivamente a taxas flutuantes, para emprestar ao Brasil. Essas taxas são calculadas a partir dos custos médios de captação no mercado internacional de crédito, acrescidos de um spread, e reajustados semestralmente pelo Bird e anualmente pelo BID, tornando o dinheiro mais caro.

Do total da dívida registrada com o BIRD, em dezembro do ano passado, no valor de US\$ 3,905 bilhões, cerca de 23,3% correspondem a créditos com taxas flutuantes de juros, e no caso do BID, cuja dívida era de US\$ 1,397 bilhão, cerca de 4,8% são taxas flutuantes. No entanto, este percentual deverá aumentar, no caso do BID, porque uma parcela preponderante dos novos empréstimos será com taxas flutuantes.

Ainda segundo o documento, o Brasil já atingiu o limite de 10% de empréstimos do Banco Mundial a que tinha direito. Com isso, "as perspectivas brasileiras de obtenção de créditos futuros junto ao Banco Mundial não são, atualmente, muito animadoras". Então o Brasil terá de esperar que se ampliem os desembolsos globais da instituição, o que também não será fácil.

O Banco Mundial restringiu seus desembolsos "pelas dificuldades para a obtenção de novos recur-

sos para empréstimos, tanto pelo lado do aumento de capital integralizado do Banco como pela via de captação de recursos do mercado". Para não pedir dinheiro novo aos banqueiros, o governo brasileiro espera contar com empréstimos do BID, BIRD e outros organismos internacionais, no valor US\$ 2 bilhões, o que será difícil conforme alertam os próprios técnicos do Banco Central.

Proposta de emenda à Constituição: moratória de 5 anos.

— Fica suspenso, pelo prazo de cinco anos, o pagamento do principal e juros da dívida externa brasileira registrada no Banco Central, nela incluídos os débitos externos contraídos pelos Estados e municípios até 31 de dezembro de 1983.

Esse é o teor da emenda à Constituição, de autoria do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que está sendo examinada por uma comissão mista do Congresso Nacional, presidida pelo senador Gabriel Hermes (PDS-PA).

O relator da emenda, deputado José Ulisses (PMDB-MG), tem até o dia 25 deste mês para apresentar o seu parecer sobre a proposta e, se ela for aprovada, irá a plenário para votação pelo Congresso. O autor da emenda disse que acredita na sua aprovação, pois "o clima nunca esteve tão propício, já que mudou o governo e se percebe que não existe avanço nas negociações".

Depois de conseguir o apoio unânime do PMDB gaúcho, o parlamentar está conversando com os líderes dos outros partidos, para mobilizar a população. Segundo ele, "foi criado um tabu pelas sucessivas manifestações dos outros governos, dizendo que a moratória era sinônimo de catástrofe", mas agora isto pode mudar, conforme o deputado, que também mostrou que até mesmo a Polônia — país comunista — conseguiu melhores condições do que o Brasil para pagar sua dívida.

Argentina: pacto social para liberar preços e salários.

O presidente Raúl Alfonsín anunciou que a liberação de preços e salários na Argentina se realizará dentro do quadro de um "pacto social responsavelmente ajustado" entre o governo, os empresários e os sindicatos.

O anúncio foi feito durante o jantar com que se comemorou o Dia da Indústria, oportunidade em que o titular da poderosa União Industrial Argentina (UIA), Roberto Favelevic, afirmou que o congelamento de preços impede saber com exatidão se foi derrotada a inflação. Em outra parte de seu discurso ele criticou o Estado. Mas Alfonsín manifestou que "um dos efeitos da reforma econômica é a possibilidade de planejar" e "o governo não se propõe colocar entre parênteses o papel do Estado", pois "sua meta é robustecê-lo no exercício das funções onde é útil e eficiente".

Hugo Martínez,
de Buenos Aires